

Os princípios fundamentais do Brasil em suas relações internacionais

Florise Cristine Eisenberg¹

Prof. Pós-Doutor Alexandre Coutinho Pagliarini²

Resumo

É função deste trabalho apresentar e discutir os princípios constitucionais internacionais do Brasil, ou seja, os trilhos principiológicos que este país tem que seguir ao se relacionar com outros Estados da comunidade internacional, também formada por Organizações Internacionais.

Palavras Chave

Brasil. Princípios constitucionais internacionais. Normas regra. Normas princípio.

Abstract

This work aims to show and discuss the brazilian international constitutional principles, what means the tracks that this country has to follow when getting related with another countries of the international community, also formed by International Organizations.

Key Words

Brazil. International constitutional principles. Norms as rules. Norms as principles.

I – Introdução

¹ Acadêmica do 7º período da Faculdade Opet Curitiba (PR).

² Prof. da Graduação do Curso de Direito da Disciplina de Direito Constitucional. Faculdade Opet (PR).

Considerando que aqui se falará acerca dos princípios que o Brasil deverá respeitar em suas relações internacionais, tanto com outros países quanto com Organizações Internacionais, serão focadas neste estudo as normas constantes no artigo quarto da Carta Magna de 1988. Mas o que são princípios?

Para responder à questão acima posta, serão demonstradas as diferenças entre as normas regras e as normas princípios, ficando claro que as normas elencadas no artigo quarto são de feição principiológica.

Cumprido o mister exposto no parágrafo anterior, explicar-se-ão todos os princípios que o Brasil deve seguir em suas relações internacionais, aqueles que fazem parte do acervo do artigo quarto (*caput*) e incisos (de I a X) e o parágrafo único.

Capítulo 1 – A Constituição como sistema aberto de regras e princípios

No Direito Constitucional é de fundamental importância a interpretação, não sendo admitido trabalho exegético que contrarie a supremacia da Carta. Isso acontece pelo fato de as normas constitucionais serem caracterizadas pela vaguidade e pela abertura.

Os problemas de interpretação no direito Constitucional surgem com uma maior frequência do que em outros ramos do Direito, isto porque o Direito Constitucional se encontra em constante evolução em relação à realidade social e aos valores constitucionais.

Podemos aproveitar a lição de Bobbio³, que afirma que “Quando nos perguntamos se um ordenamento jurídico constitui um sistema, nos perguntamos se as normas que o compõem estão num relacionamento de coerência entre si, e em que condições é possível essa relação”.

Em sentido estrito, pode-se considerar o sistema constitucional como um conjunto de normas. Como explica André Ramos Tavares⁴ “Foi recentemente que se assumiu a existência de uma categoria geral, um gênero, que são justamente as normas. Desdobram-se as normas em duas espécies: as regras e os princípios”.

3 Teoria do Ordenamento Jurídico, p.71.

4 Tavares, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 50 ed. Saraiva, 2007, p.99.

Os princípios constitucionais são normas contidas na Constituição que se aplicam às demais normas constitucionais. Estes têm por objetivo evitar a existência de contradições, imprimindo determinado significado às demais normas. Os princípios constitucionais servem como ferramentas essenciais para uma melhor interpretação da Constituição.

Quando falamos dos princípios constitucionais não podemos deixar de comentar que: “os juristas empregam o termo ‘princípio’ em três sentidos de alcances diferentes. Num primeiro, seriam ‘supernorma’, ou seja, normas que exprimem valores e que por isso, são pontos de referência, modelo, para regras que as desdobram. No segundo, seriam standards, ou seja, as disposições que preordenem o conteúdo da regra geral. No último, seriam generalizações, obtidas por indução a partir das normas vigentes sobre determinada ou determinadas matérias”⁵.

No ordenamento constitucional brasileiro, determinados princípios e regras recebem um tratamento privilegiado, tendo em vista a importância destes.

São os denominados “princípios sensíveis”, os princípios constitucionais que possuem uma extrema importância. Embora a Constituição não se refira a eles como tais, apenas os cita como “princípios constitucionais”. Pelo grau de importância, eles possuem medidas especiais de proteção, que se caracterizam pela excepcionalidade. Os princípios ditos sensíveis, demonstram o grau de relevância que assumem perante aos demais princípios.

Na Constituição brasileira em vigor se encontram as chamadas cláusulas pétreas, as quais também são consideradas como normas de alta relevância porque foram dotadas de uma garantia também especial: a imutabilidade pelo exercício do poder constituinte derivado (reformador). Isto quer dizer que as cláusulas pétreas não poderão ser objetos de emendas constitucionais, propiciando assim uma proteção a mais, em benefício dessas partes da Constituição.

Pode-se falar que na Constituição há um conjunto de normas que devem ser consideradas fundamentais e que convivem ao lado de outras normas que, embora constitucionais, não são tão fundamentais quanto as primeiras. Podemos afirmar que

⁵ Tavares, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 5^o ed. Saraiva, 2007, p.100.

tanto os princípios sensíveis como as cláusulas pétreas devem ser consideradas preceitos fundamentais.

Os princípios políticos constitucionais são aqueles que provém das decisões políticas fundamentais concretizadas em normas do sistema constitucional; são eles normas estruturantes do Estado. Estes princípios constituem a matéria dos artigos 1^o a 4^o do Título I da Constituição, e tratam “de decisões políticas sobre a particular forma de existência política da nação⁶”.

Contrariamente à vaguidade dos princípios constitucionais, as *regras* constantes na Carta Política têm um caráter mais direto, concreto, como por exemplo: ou isto ou aquilo. Estas são aplicadas imediatamente aos casos concretos.

Em termos gerais, a norma Constitucional é aberta por vários fatores, dentre os quais podemos dizer que elas enunciam a estruturação do Estado (p. Ex. “O Brasil é uma republica”) e definem os direitos humanos fundamentais. Também são abertas as normas Constitucionais pelo fato de a *linguagem constitucional* não ser caracterizada pelo tecnicismo das normas infraconstitucionais; por isso, naquelas é difícil encontrarmos uma relação normativa de uma hipótese implicando numa consequência (p. ex.: “caso alguém for proprietário de um imóvel no perímetro urbano do município de Curitiba, então deverá pagar IPTU”).

Capítulo 2 – Os princípios constitucionais internacionais caso a caso

2.1 - Soberania e Autonomia (Independência nacional)

Soberania significa: “poder político supremo e independente. Supremo, porque não está limitado por nenhum outro na ordem interna. Independente, porque, na ordem internacional, não tem que acatar regras que não sejam voluntariamente aceitas e está em pé de igualdade com os poderes supremos dos outros povos⁷”. O princípio da soberania é a base de uma nação e as suas relações internacionais.

⁶ Silva, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 32^o ed. Malheiros, 2009, p. 93.

⁷ Silva, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 32^o ed. Malheiros, 2009, p. 104.

Sendo assim a soberania é um atributo do Estado. Como explica Francisco Rezek, “a soberania o faz titular de competências que, precisamente porque existe uma ordem jurídica internacional, não são ilimitadas; mas nenhuma outra entidade as possui superiores”⁸.

A soberania também é tratada pelo direito internacional, como podemos observar na Carta da ONU quando o seu art. 2^o, § 1 proclama “que a organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”⁹. A Carta da OEA, no art. 3^o também se remete à soberania estatal do seguinte modo: “a ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados”¹⁰.

Segundo o modelo federal americano, outros Estados adotaram esse modo de ser, ajustando-o às suas peculiaridades, o de não ter um modelo único de Estado federal a ser recebido como um modelo necessário. Alguns traços gerais podem ser considerados como típicos dessa forma estatal.

A Soberania, no federalismo, é atributo do Estado Federal como um todo. Os Estados-membros possuem a característica da autonomia e esta não se confunde com o conceito de soberania. Segundo André Ramos Tavares, “dois são os elementos fundamentais na noção tradicional de soberania: a independência na ordem internacional e a supremacia na ordem interna.”¹¹

Na autonomia a importância é a descentralização do poder. Esta descentralização não é apenas administrativa como também política. Tanto que os Estados-membros, através de suas autoridades, tanto podem executar leis como também têm a competência para criá-las. Resulta assim que o Estado-membro tem uma responsabilidade dobrada, uma na esfera de poder normativo dentro de um mesmo território, e a outra sobre a população que neste se encontra; tendo assim, incidência de duas normas legais: a da União e a do Estado-membro.

⁸ Rezek, Francisco. Direito Publico Internacional. 12^o ed. Saraiva, 2010, p. 231.

⁹ Rezek, Francisco. Direito Publico Internacional. 12^o ed. Saraiva, 2010, p. 231.

¹⁰ Rezek, Francisco. Direito Publico Internacional. 12^o ed. Saraiva, 2010, p. 232.

¹¹ Tavares, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 5^o ed. Saraiva, 2007, p.924.

Sendo assim, “cada Estado-membro tem o poder de dotar-se de uma Constituição, por ele mesmo concebida, sujeita embora a certas diretrizes impostas pela Constituição Federal, já que o Estado-membro não é soberano”¹².

Hoje em dia é evidente a interferência internacional nas questões econômicas dos Estados, tendo uma dependência das nações subdesenvolvidas àquelas mais ricas. Nesse sentido entendemos que o princípio da soberania é aquele que impõe ao Estado a necessidade de planejar as suas atividades econômicas, no sentido de garantir a independência da Nação.

2.2– Prevalência dos direitos humanos

Este princípio pode ser interpretado de duas formas: como direito da humanidade ou direitos humanitários; no caso desta última expressão, ela deve ser compreendida num sentido menos amplo, mas segundo José Afonso da Silva, este princípio se refere: “aos direitos fundamentais da pessoa humana, tais como configurados no Título II da Constituição e nos documentos internacionais de proteção dos direitos da pessoa humana, e tais reconhecidos no § 2º do art. 5º”¹³.

Este princípio afirma que todos devem ser tratados igualmente sem distinções, e que o Brasil através de convenções internacionais defende os direitos fundamentais da pessoa humana. Como declarou o ministro Celso de Melo, “A comunidade internacional, em 28 de julho de 1951, imbuída do propósito de consolidar e de valorizar o processo de afirmação histórica dos direitos fundamentais da pessoa humana, celebrou, no âmbito do direito das Gentes, um pacto de alta significação ética-jurídica, destinado a conferir proteção real e efetiva àqueles, que, arbitrariamente perseguidos por razões de gênero, de orientação sexual e de ordem étnica, cultural, confessional ou ideológica buscam no Estado de refúgio, acesso ao amparo que lhes é negado, de modo abusivo e excludente, em seu Estado de origem”¹⁴ (Ext. 783-QO-QO, voto do

¹² Mendes, Gilmar Ferreira; Coelho, Inocêncio Mártires; Branco, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 20 ed. Saraiva, 2008.

¹³ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5º ed. Malheiros, 2008, p.50.

¹⁴ (Ext. 783-QO-QO, voto do Min. Celso de Mello, DJ 14/11/03).

Min. Celso de Mello, DJ 14/11/03). Reafirmando assim que todas as pessoas, sem qualquer distinção, tem os mesmos direitos e deveres. Este princípio internacional no Estatuto do Refugiado busca a solidariedade entre os povos, como explica o ministro Celso de Melo: “Esse estatuto representou um notável esforço dos Povos na busca solidária de soluções consensuais destinadas a superar antagonismos históricos e a neutralizar realidades opressivas que negavam, muitas vezes, ao refugiado vítima de preconceitos, da discriminação, do arbítrio e da intolerância o acesso a uma prerrogativa básica, consistente no reconhecimento, em favor, do direito a ter direitos”¹⁵ (Ext. 783-QO-QO, voto do Min. Celso de Mello, DJ 14/11/03).

A Carta Magna transcreve o objetivo de sermos uma sociedade fraternal, solidária e sem preconceitos do ponto de vista do direito interno como também do direito internacional. Uadi Lammêgo Bulos se refere a prevalência dos direitos humanos, “como princípio norteador das relações exteriores do Brasil, espraia sua influência na ordem jurídica interna, impondo-se buscar a plena integração das regras de tais sistemas à ordem jurídica interna de cada Estado, que dá plena vigência aos direitos e garantias decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”¹⁶.

Este princípio é de grande importância tanto nas relações internacionais como nas relações internas, sendo um ponto essencial de todos os direitos fundamentais.

2.3– Autodeterminação dos povos

O princípio significa o direito de um País de escolher o seu próprio governo. Sendo assim significa que todas as nações têm o direito de escolher sua condição política, seu desenvolvimento econômico e social, podem escolher como dispor de suas riquezas. Segundo José Afonso da Silva, cada país pode dispor de suas escolhas “sem prejuízo das obrigações que derivam da cooperação econômica internacional baseada

¹⁵ (Ext. 783-QO-QO, voto do Min. Celso de Mello, DJ 14/11/03).

¹⁶ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.93.

no princípio de benefício recíproco, assim como do Direito Internacional, pois em nenhum caso poderá se privar um povo de seus próprios meios de subsistência”¹⁷.

O conjunto de princípios que administra as relações internacionais do Brasil repele qualquer forma de regimes autoritários e ditatoriais que desrespeite os direitos fundamentais da pessoa humana, sendo assim o art. 4^o, II é “um dos princípios norteadores dessas relações internacionais consiste na prevalência desses direitos. Essa prevalência significa que nenhum outro princípio dispensa seu reconhecimento e só vale na medida em que os garanta”¹⁸.

O princípio da autodeterminação dos povos veio para afirmar a soberania perante os outros nas relações internacionais. Como afirma Uadi Lammêgo Bulos “inegável a interdependência cada vez maior entre os Estados, a qual diminui a sua efetiva capacidade de autodeterminação, não se pode negar que eles mantêm a ilimitação do seu poder”¹⁹.

Este princípio estabelece o compromisso do Brasil com os outros Estados, com a finalidade de desenvolvimento das relações exteriores. Aceitando as diferenças que existe entre as Nações.

Para que se possa compreender, por fim, o princípio da autodeterminação dos povos, basta lembrar que o povo de Israel o utilizou para criar o seu Estado em 1948, assim como o povo da Palestina o pode invocar em seu favor para a justa criação de seu Estado.

2.4 – Não – intervenção

Este princípio significa que nenhum Estado pode intervir nos assuntos de outro Estado. Onde cada Estado têm a sua autonomia para administrar. Como nos explica José Afonso da Silva, “ (...) nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de

¹⁷ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.51.

¹⁸ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.51.

¹⁹ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.94.

intervir direta ou indiretamente, por qualquer razão ou motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro.”²⁰.

É o princípio que protege os assuntos de natureza interna proibindo a intervenção de outros Estados, respeitando assim a soberania do país. “Por esse princípio o Estado brasileiro deve repelir qualquer tentativa de ameaça à sua organização interna, que possa prejudicar seu desenvolvimento econômico, político, social e cultural”²¹.

Nas relações internacionais, este é o princípio que protege os países menos desenvolvidos das interferências dos países considerados como grandes potências.

2.5– Igualdade entre os Estados

Este princípio defende a igualdade entre os Estados. É neste sentido que se pode dizer que os Estados são juridicamente iguais, que eles têm os mesmos direitos e deveres. “A Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1974, também afirma igualdade soberana de todos os Estados, e no art. 10 declara que “todos os Estados são juridicamente iguais e membros iguais da comunidade internacional”²², o que significa que, pelo menos juridicamente, a Rússia é tão soberana quanto o Paraguai, tão capaz quanto o Paraguai e tão independente quanto o Paraguai, não importando, para fins de igualdade jurídica, as enormes disparidades visíveis entre os dois países.

A partir deste princípio, “procurou-se instaurar uma ordem econômica justa e equitativa, com a abolição de todas as formas de dominação de um Estado por outro”²³. É por causa dele que o Brasil – e todos os países – possui(em) autonomia econômica, política e social, como previsto na “Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, proclamada em 1972 pela Assembleia Geral da ONU, quando afirma que “Todo Estado tem direito soberano e inalienável de eleger seu sistema econômico,

²⁰ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.51.

²¹ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.94.

²² Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.51.

²³ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.95.

assim como seus sistemas político, social e cultural, de acordo com a vontade do seu povo, sem ingerência, coação e nem ameaças externas”²⁴.

Este princípio nas relações internacionais também é especialmente aplicável à realidade dos países menos desenvolvidos dando os mesmos direitos e deveres que os países mais ricos. E possuindo uma defesa interna, de proteção aos seus direitos não podendo ocorrer a interferência externa dos outros Estados.

2.6 – Defesa da paz

A paz é uma situação que se caracteriza pela ausência de guerra. Este princípio se manifesta juridicamente por uma declaração formal de paz entre os Estados e tendo em vista o direito internacional da paz entre os países. A paz se caracteriza no sentido de ausência de conflitos armados. Nesse sentido “que se deve emprestar ao termo no contexto constitucional, dada a vocação pacifista do Brasil”²⁵. É referente a esta paz, “como forma de direito fundamental do homem, cuja defesa foi erigida em princípio constitucional das relações internacionais da República Federativa do Brasil”²⁶.

Ainda podemos, em outras palavras, citar que a defesa da paz “na qualidade de parâmetros das relações exteriores do Brasil, outorga, do próprio princípio da solução pacífica de conflitos”, expresso em nossa Constituição consubstanciando a paz como preceito fundamental nos relacionamentos internacionais de nosso país.

Além de ter um princípio da defesa da paz em relação as armas nucleares, este assegura “a exploração de serviços e instalações nucleares de qualquer natureza, mas somente para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional”²⁷.

Quanto à competência federal para lidar com o assunto, no art. 21, II da Constituição Federal, lê-se que: “Cabe à União celebrar a paz, porque só ela pode declarar a guerra”²⁸.

²⁴ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.95.

²⁵ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.51.

²⁶ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.51.

²⁷ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.96.

²⁸ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.51.

2.7 – Solução pacífica dos conflitos

Conforme ensina José Afonso da Silva, este é um princípio presente na Constituição brasileira desde 1891, reescrito na Constituição de 1934 e na de 1946 com o seguinte texto constitucional no seu art. 4º: “O Brasil só recorrerá à guerra se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução de conflitos, regulados por órgãos internacionais de segurança, de que participe; e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado”²⁹. Este princípio expressa o temperamento pacífico do povo brasileiro.

Este princípio foi retomado nas Constituições de 1967 e 1969, com o seguinte texto: “Os conflitos internacionais deverão ser resolvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe. Parágrafo único: É vedada a guerra de conquistas.”³⁰.

O Brasil estipula este princípio com a intuito de: “(...) estirpar medidas violentas, quiçá, coativas, donde emerge o debate sobre quais mecanismos de política exterior são aceitáveis nos marcos do paradigma ‘do compromisso com a solução pacífica dos conflitos’³¹.

Na atual Constituição não está expressa a arbitragem como opção de solução pacífica de conflitos, o que demonstra uma maior coerência. Se observamos como estava expresso nas constituições anteriores, estas passavam a falsa ideia de que, para o Brasil resolver os conflitos internos, ele teria que depender da arbitragem internacional, como se o Brasil por si só não pudesse resolver seus próprios conflitos.

2.8 – Repúdio ao terrorismo e ao racismo

²⁹ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5º ed. Malheiros, 2008, p.52.

³⁰ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5º ed. Malheiros, 2008, p.52.

³¹ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.96.

O significado que encontramos no dicionário para a palavra repúdio é: “O ato ou efeito de repudiar”³² ou melhor dizendo é a rejeição.

Este princípio expressa a repulsa por atos desumanos, como o terrorismo e o racismo – atos esses que deveriam ser banidos e não ser mais conhecidos pelos homens no mundo de hoje, ficando apenas nos livros de história, afinal não tem como mudar o que já aconteceu.

O terrorismo é um meio covarde de agressão contra pessoas inocentes, mesmo sendo por uma causa justa. O racismo, um meio de discriminação covarde. Tanto que a Constituição expressa em seu art. 5^o: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Mas com a ideia de dominação de uma raça sobre a outra, ocorrendo dessa forma uma discriminação a Constituição teve que estabelecer como sanção que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei”.

José Afonso da Silva expressa que o terrorismo é: “(...) o meio pelo qual o agente – produz uma ação extraordinariamente violenta com o objetivo de criar uma situação de medo profundo, visando a atingir um fim determinado ou à dominação política”³³. Uadi Lammêgo Bulos entende terrorismo como sendo: “uma figura delituosa que atinge a pessoa e o patrimônio. Caracteriza-se pela intenção deliberada de provocar alarme ou dano à coletividade e aos indivíduos particularmente, no intuito de intimidá-los, bem como um governo de um país ou de diversos países”³⁴.

A atual Constituição, quando estipulou este princípio que repudia o terrorismo, proibiu a sua prática em toda extensão do Brasil. Nas relações internacionais, “através dele ficaram proibidas todas as formas de utilização dos meios intimidativos e das medidas violentas, opressoras das liberdades públicas, assim como a impossibilidade da prática de atos violentos dirigidos a governantes, sob pena de sua violação”³⁵.

³² Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio, 7^o ed Positivo, 2009.

³³ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.52.

³⁴ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.97.

³⁵ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.97.

Em decisão da Suprema Corte brasileira, o Ministro Celso de Mello afirma que “o repúdio ao terrorismo; um compromisso ético-jurídico assumido pelo Brasil, quer em face de sua própria Constituição, quer perante a comunidade internacional. Os atos delituosos de natureza terrorista, considerados os parâmetros consagrados pela vigente Constituição da República, não se subsumem à noção de criminalidade política, pois a Lei Fundamental proclamou o repúdio ao terrorismo como um dos princípios essenciais que devem reger o Estado brasileiro em suas relações internacionais, além de haver qualificado o terrorismo, para efeito de repressão interna, como crime equiparável aos delitos hediondos, o que expõe, sob tal perspectiva, a tratamento jurídico impregnado de máximo rigor, tornando inafiançável e insuscetível da clemência soberana do Estado e reduzindo-o, ainda à dimensão ordinária dos crimes meramente comuns. A Constituição da República presentes tais vetores interpretativos, não autoriza que se outorgue, às práticas delituosas de caráter terrorista o mesmo tratamento benigno dispensado ao autor de crimes políticos ou de opinião, impedindo, desse modo, que se venha a estabelecer, em torno do terrorista, um inadmissível círculo de proteção que o faça imune ao poder extradicional do Estado brasileiro, notadamente se tiver em consideração a relevantíssima circunstância de que a Assembléia Nacional Constituinte formulou um claro inequívoco juízo de desvalor em relação a quaisquer atos delituosos de índole terrorista, a estes não reconhecendo a dignidade de que muitas vezes se acha impregnada a prática da criminalidade política”³⁶ (Ext. 855, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 01/07/05).

O racismo é: “teoria e comportamento destinados a realizar e justificar a supremacia de uma raça sobre outra”³⁷.

A discriminação está inserida tanto no contexto terrorista como no racismo. Do ponto de vista internacional, este princípio é de grande importância tanto no combate ao terrorismo visto que já pode ser considerado como um problema de todos. E o racismo tem a mesma importância internacional, visto que existe uma predominância dos países mais desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos, com uma arrogância dos mais desenvolvidos de se considerarem superiores aos outros.

³⁶ (Ext. 855, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 01/07/05).

³⁷ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.52.

2.9– Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade

Este princípio já está previsto em vários documentos internacionais. Como na Carta da ONU com o seguinte texto: “conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário”³⁸.

A Carta das Nações Unidas “define a cooperação de uns Estados com os outros como um dever. ‘Cooperar’ significa operar em conjunto, operar um com o outro”³⁹. Este princípio transmite o dever de ajuda mútua entre os povos, em busca dos seus objetivos do progresso humano, através da solidariedade.

O princípio de cooperação entre os povos tem o objetivo de “salientar as diferenças e as disparidades, para constatar as causas que tolhem o progresso da humanidade”⁴⁰.

2.10 – Concessão de asilo político

O asilo político compreende: asilo diplomático e o asilo territorial. José Afonso da Silva explica a diferença entre estes dois institutos: “o asilo diplomático depende de acordos internacionais, e o asilo territorial é instituto de direito interno”⁴¹.

O Brasil ratificou a Convenção sobre Asilo Diplomático; nela consta, sobre asilo, que ele “consiste na acolhida de refugiado político em representação diplomática do Estado asilante”⁴²; o asilo territorial “consiste no recebimento de estrangeiro no território nacional, a seu pedido, sem os requisitos de ingresso, para evitar punição ou perseguição no seu país de origem por delito de natureza política ou ideológica”⁴³. A

³⁸ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.52.

³⁹ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.52.

⁴⁰ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.97.

⁴¹ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.52.

⁴² Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.52.

⁴³ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.52.

Constituição estabelece a concessão de asilo político sem restrições, sendo um direito fundamental.

Segundo José Afonso da Silva, existe uma divergência se o asilo é de Direito Interno ou Direito Internacional. Os Estados Unidos não reconhecem o asilo político como parte do direito internacional público. Apesar disso, “A convenção sobre Asilo Político firmada na VII Conferência Interamericana concebeu-o como instituição de caráter humanitário”⁴⁴.

Apesar dessa divergência a Constituição declara que o asilo está se referindo às relações internacionais.

Assim como o asilo interfere com as regras do direito internacional, ele também trata de relações internas ao passo que “todos podem ficar sob sua proteção seja qual for a nacionalidade a que pertençam, sem prejuízo das obrigações que, na matéria, tenham contraído o Estado de que façam parte”⁴⁵. Sendo assim, toda a Nação tem o direito de outorgar asilo. Mas esta não está obrigada a aceitar o asilo e não possui a necessidade de declarar o porque não aceitou.

A Constituição declara o asilo nas relações internacionais. Não deixa de observar que o asilado tem deveres impostos pelo direito internacional e pelo direito interno do país que o aceitou. Como explica José Afonso da Silva acerca do asilo no Brasil “o estrangeiro admitido no território nacional na condição de asilado político ficará sujeito, além dos deveres que lhe forem impostos pelo Direito Internacional, a cumprir as disposições da legislação vigente e as que o governo brasileiro fixar. Não poderá sair do país sem prévia autorização do governo brasileiro, sob pena de renúncia ao asilo e de impedimento de regresso nessa condição”⁴⁶. “A concessão de asilo político a estrangeiro é ato de soberania estatal, de competência do presidente da República”⁴⁷.

Asilo político é “(...) o acolhimento, pelo Estado, de estrangeiro perseguido alhures geralmente, mas não necessariamente, em seu próprio país patrial por causa de dissidência política, de delitos de opinião, ou por crimes que, relacionados com a

⁴⁴ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.52.

⁴⁵ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.53.

⁴⁶ Silva, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 5^o ed. Malheiros, 2008, p.53.

⁴⁷ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.97.

segurança do Estado, não configuram quebra do direito penal comum (...). O asilo político, na sua forma perfeita e acabada, é territorial: concedo-o o Estado àquele estrangeiro que, havendo cruzado a fronteira, colocou-se no âmbito espacial de sua soberania, e aí requereu o benefício. Em toda parte se reconhece a legitimidade do asilo político territorial, e a Declaração Universal dos Direitos do Homem”⁴⁸.

Existem três tipos de asilo. O asilo diplomático, que é “concedido a estrangeiros nas legações, nas sedes de missões diplomáticas, na residência de chefes de missões, em navios de guerra e aeronaves militares que se encontrem no espaço territorial do Estado”⁴⁹; o asilo territorial, que é o “recebimento de estrangeiros perseguidos por motivos políticos em outros países”⁵⁰, e, por fim, o asilo neutro, este “concedido por um Estado, que não esteja participando da guerra, a membros das forças armadas dos Estados beligerantes”⁵¹. Mas todos possuem os mesmo objetivo com o acolhimento de estrangeiros por parte do Estado, em virtude de perseguição de sua própria Nação.

2.11- Integração com os povos da América Latina

Prescreve o parágrafo único do artigo quarto da Carta de 1988 que o Brasil buscará a integração dos povos da América Latina nos campos econômico, político, social e cultural. Percebe-se no texto constitucional que: (i) foi dada uma redação imperativa: “O Brasil buscará...”; (ii) pode-se inferir da redação que o constituinte originário desejou que o Brasil seja protagonista desta integração.

A integração latino-americana dita no parágrafo único em tela já vem ocorrendo, bastando, para isso, mencionar-se aqui que o Brasil é membro fundador do Mercosul (juntamente com Argentina, Uruguai e Paraguai), que tem como documentos normativos máximos o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto.

II- Conclusão

⁴⁸ Rezek, Francisco. Direito Público Internacional. 5^o ed. Saraiva, 1995, p. 219.

⁴⁹ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.98.

⁵⁰ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.99.

⁵¹ Bulos, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003, p.99.

Concluimos com este artigo a importância da interpretação dos princípios constitucionais e a suas relações internacionais.

No princípio da Soberania, vimos que a nação é independente na ordem internacional, sendo este princípio a base de um Estado em suas relações internacionais.

Na prevalência dos direitos humanos, foi exposto que o Brasil, através de convenções internacionais, defende os direitos fundamentais da pessoa humana, além daquilo que fez constar em sua própria Constituição a título de direitos fundamentais.

Pelo princípio da autodeterminação dos povos, deve-se aceitar as diferenças entre as nações e o direito que tem os povos em se organizar na forma de Estados.

Pela redação constitucional do princípio da não-intervenção, infere-se que sua existência é para proteger os países menos desenvolvidos dos países mais desenvolvidos. A partir dele é que o Brasil é proibido de intervir (ou interferir) nos negócios alheios.

Pelo princípio da igualdade entre os Estados se infere que todos os Estados são juridicamente iguais, não importando as disparidades econômicas, demográficas ou geográficas.

Pelo princípio da defesa da paz, pode-se concluir que o Brasil deve protagonizar a paz no cenário internacional, sempre se utilizando de meios diplomáticos e das normas de direito internacional público.

O princípio da solução pacífica dos conflitos expressa o temperamento pacífico do povo brasileiro, de modo que, em caso de conflito, o Brasil deverá até se oferecer como intermediador de desavenças entre Estados que estejam em estado beligerante ou pré-beligerante.

Pelo fato de a Constituição brasileira repudiar o terrorismo e o racismo, pode-se dizer que este país tenta se coadunar com as conquistas internacionais dos direitos humanos. De fato, as práticas do racismo e do terrorismo, em solo nacional, são consideradas hediondas.

Pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, pode-se compreender que o constituinte de 1988 desejou que o Brasil privilegiasse a

cooperação internacional para a solução dos problemas econômicos, sociais, culturais, ou humanitários.

E, por fim, o princípio da concessão de asilo político, pelo qual o Brasil se mostra à comunidade internacional como um país acostumado a abrigar em seu território pessoas perseguidas em virtude de opiniões políticas, conflitos étnicos etc.

III- Bibliografia

- **BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico.**
- **BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . 50 ed. Saraiva, 2003.**
- **BRASIL. STF. (Ext. 855, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 01/07/05).**
- **BRASIL. STF. (Ext. 783-QO-QO, voto do Min. Celso de Mello, DJ 14/11/03).**
- **DALLARI, Dalmo de Abreu. ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO ESTADO. São Paulo: Saraiva, 2010.**
- **FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio, 70 ed Positivo, 2009.**
- **MENDES, Gilmar Ferreira; Coelho, Inocêncio Mártires; Branco, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 2^o ed. Saraiva, 2008.**
- **REZEK, Francisco. Direito Publico Internacional. 120 ed. Saraiva, 2010.**
- **SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 320 ed. Malheiros, 2009.**
- **TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 5^o ed. Saraiva, 2007.**